EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO CORREGEDOR DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

_____,
(nome completo)

brasileiro(a), _____, _____, portador(a) do
(estado civil) (profissão)

RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____._____._____-____,
(nº identidade/órgão expedidor) (nº CPF)

residente e domiciliado(a) _____
(endereço completo para contato)

_____,
(complemento do endereço) (cidade e estado da federação)

CEP: _____-____, vem perante Vossa Excelência, com base no art.103-B, § 4º, III, da Constituição Federal, e arts. 80 e seguintes do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, oferecer a presente

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

contra_____,
(indicar o órgão do Poder Judiciário onde o processo se encontra com excesso injustificado de prazo)

relativamente ao processo nº _____,
(indicar o nº do processo que se encontra com prazo excedido)

pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor:

I – <u>DOS FATOS</u>:

I – <u>DO DIREITO</u>:

O art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, dispõe: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."

No mesmo diapasão, determina a Lei Orgânica da Magistratura Nacional que é dever de todo magistrado, *in verbis*:

> **LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979**
> Art. 35 - São deveres do magistrado:
> (...)
> II - não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar;
> III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

Assim, considerando que é direito do Requerente a razoável duração do processo, nos termos da legislação processual em vigor, e que o excesso injustificado de prazo representa infração disciplinar cometida pelo magistrado em questão, cumpre a essa Corregedoria Nacional de Justiça, à luz dos fatos e das provas trazidas, fazer cumprir a Lei e a Constituição para que o representado responda, administrativamente, pela mora processual que deu causa.

III – <u>DO PEDIDO</u>

Ante todo o exposto, requer ao Conselho Nacional de Justiça sejam apurados os fatos acima narrados, instaurando-se o competente processo legal administrativo para aplicação da sanção disciplinar cabível e prevista em lei para a espécie.

Acompanha a presente toda a documentação necessária a demonstrar o alegado excesso injustificado de prazo.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

_____, _____/_____/_____.
(local) (dia) (mês) (ano)

_____
(assinatura)